

## **Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção**

Rita Terezinha Schmidt\*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Brasil

58 59

### **Resumo**

A partir de considerações sobre a territorialização da literatura na cultura no cenário das transformações teóricas do presente, teço reflexões sobre o debate em torno do cânone literário, valor estético e processos de institucionalização que disciplinam o campo da literatura, incluindo-se os construtos das histórias de literatura nacionais à luz dos quais situo o trabalho de recuperação de textos de autoria feminina produzidos no passado. Coloco em discussão as implicações do impasse dualista subjacente à política de resgate e faço algumas especulações em direção a um novo modelo de história da literatura.

### **Palabras—chave:**

· política · cânone · valor · identidade · alteridade

### **Abstract**

On considering the territorialization of literature in culture in the scenario of theoretical transformations of the present, I draw some thoughts on the debate around the literary canon, aesthetic value and processes of institutionalization that discipline the literary field, including the constructs of national literary histories, in the light of which I situate the effort of recovering female authored texts produced in the past. I also discuss the implications of the dualistic impasse underlying the politics of recovery and make some speculations towards a new model of literary history.

### **Key words:**

· Policy · Canon · Value · Identity · Alterity

\* PHD em Literatura pela Universidade de Pittsburgh, EUA. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) e pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Além da publicação de capítulos de livros e artigos em periódicos no país e no exterior nas áreas de literatura comparada, estudos de gênero e crítica da cultura, organizou vários livros e coletâneas, incluindo reedições de várias obras de escritoras brasileiras do século XIX.

Uma das mais significativas decorrências dos novos aportes teóricos e seus trânsitos nos estudos literários hoje, diz respeito ao deslocamento substancial da definição de literatura como arte para a noção de literatura como produção estético–escritural, matéria significativa situada no domínio da cultura. Vale lembrar que a divisão entre os domínios da arte e da cultura nasceu do sistema de diferenciação e classificação dos objetos culturais no âmbito da cultura ocidental moderna, sistema esse que se consolidou a partir do século XVIII. Enquanto o termo “cultura” se referia a práticas tradicionais de caráter coletivo, o termo “arte” foi associado ao objeto singularizado pelos processos de criação e sensibilidade individual. Nesse contexto, se estabeleceu–se o critério do belo para constituir o elenco dos textos designados como grandes obras, o que decretou a sua pertença a um campo de valor sustentado por noções de forma ideal e genuína, uma concreção estética de natureza ontológica e de validade universal, que veio a autorizar a própria possibilidade de sua valoração.<sup>1</sup> A formação de um sistema binário em termos do estético em oposição ao cultural, resultou na cisão entre valor estético (com sua culminância no conceito formalista de literariedade) e valor cultural, definições que traduzem, *grosso modo*, uma distinção hierárquica entre cultura erudita e cultura popular e, mais recentemente, entre alta cultura e cultura de massa ou midiática, no campo que genericamente denominamos “cultura”. Essa distinção entre objetos encontrou guarida na clivagem disciplinar entre as áreas que compõem as Ciências Humanas, uma vez que as Ciências Sociais e a Antropologia passaram a se ocupar de objetos culturais, enquanto os Estudos Literários foram institucionalizados como o campo das belas letras, da arte literária.

A territorialização do literário na cultura que temos testemunhado nas últimas décadas, diferentemente da chamada “contextualização” vigente na prática de historiadores e críticos do século XIX, foi desencadeada, inicialmente, pelos movimentos interdisciplinares da própria teoria nos últimos trinta anos. Jonathan Culler, em seu *Sobre a desconstrução* (1997), ao discorrer sobre as transformações no campo teórico, afirma que o termo “teoria” designa um gênero heterogêneo composto por uma variedade de textos atrelados a discursos e atividades distintas que, em suas palavras, “extrapolam a moldura disciplinar dentro da qual seriam normalmente avaliados e que ajudariam a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento” (15). Segundo Culler, esse *corpus* teórico já não diz respeito a um domínio específico e o que hoje ainda se insiste em nomear como teoria da literatura inclui uma diversidade crescente de pensadores e práticas, o que significa dizer que a teoria não trata especificamente da natureza do literário ou de critérios específicos de julgamento de valor, ou mesmo de questões relacionadas com a crítica literária *strictu sensu*. As consequências dessa abertura, na medida em que possibilitam conjugar saberes antes apartados por molduras epistemológicas diferenciadas e critérios normativos em relação à definição de seus campos e ob-

jetos, têm fomentado uma avalanche de reflexões sobre o campo literário e seus contextos culturais e institucionais e, de modo especial, sobre as determinações que operam nos discursos referenciados em paradigmas até pouco tempo não questionados —de tradição, de cânone, de crítica e de valor—. Pode-se dizer, que, do ponto de vista da teoria contemporânea, a doxa de um pensamento crítico pressuposto no valor intrínseco de textos definidos sob a rubrica “alta literatura” perde a hegemonia que detinha no passado na medida em que o literário passa a ser considerado uma categoria transitiva, fenômeno histórico contextualizado no campo das formas culturais, inserida, portanto, nos modos de produção material e práticas sociais historicamente específicas.

Por esse viés, aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com representações culturais, com modos de subjetivação e com a constituição de identidades, particularmente à luz do reconhecimento das relações saber/poder inscritos nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias do passado. Parte das referidas questões emergem nos debates sobre o caráter idealizado ou essencialista do conceito de literatura que ainda vigora em muitos discursos em defesa das tradições canônicas e nos modelos tradicionais de histórias da literatura e de compêndios que circulam no meio acadêmico, os quais sustentam uma certa figura do literário muito cara à centralidade que a construção de histórias da literatura ocupou no período de consolidação dos Estados nacionais, particularmente no século XIX.<sup>2</sup> Evidentemente que ao referirmos a história da literatura, não podemos deixar de mencionar que a sua chamada “crise” enquanto disciplina vem sendo anunciada desde que os princípios historicista e causalista que lhe deram sustentação entraram em descrédito em razão dos abalos epistemológicos sofridos pela ciência da história, os quais alteraram, irreversivelmente, o velho paradigma linear-evolutivo, calcado na possibilidade de uma totalização objetiva direcionada por um telos.<sup>3</sup> Contudo, longe de sinalizar o fim da história da literatura, a referida crise tem fomentado a necessidade de reconfigurar seus modelos e métodos considerando os novos conhecimentos que emergem da articulação entre teoria e pesquisa empírica sobre o passado, e que exigem uma investigação dos buracos negros historiográficos relacionados com a supressão institucional de textos relegados à invisibilidade. Muitas das recentes reflexões sobre a história da literatura<sup>4</sup> passam, necessariamente, pela compreensão da instituição literária e de seu papel histórico como instância reguladora, não só da definição do literário, mas também dos procedimentos de seleção e ordenamento de seus objetos na narrativa daquela história e dos discursos de valoração e interpretação que deram legitimidade à formação dos cânones literários nacionais. Para se pensar a institucionalização do literário, entretanto, não se pode prescindir de uma contextualização da questão do valor, sobretudo no contexto das chamadas “guerras culturais”, as quais certamente não se esgotam no âmbito da crítica literária, mas é nessa área que as discussões convocam uma reflexão mais ampla da relação da literatura com interpretações de ordem social, cultural, política e econômica do nosso tempo. Dessa forma, proponho levantar alguns pontos sobre os grandes eixos desse debate apontando, de forma sucinta, como a questão do valor estético emerge na leitura do presente para então, abordar a questão do resgate de textos de autoria feminina, os impasses valorativos implicados na questão e uma possível estratégia para se pensar em um novo modelo de história da literatura.

## Polos de um debate

As discussões contemporâneas sobre valor emergem, via de regra, no contexto de certas premissas sobre os processos da modernidade e, particularmente, sobre a importância do campo literário, historicamente construído como espaço autônomo de saberes específicos e que hoje, sob a pressão de variáveis teóricas, mudanças conceituais e disciplinares e processos histórico-político, passa a ser considerado como espaço de simbolização dialeticamente integrado à cultura e, portanto, permeado pela historicidade do mundo social. Embora reconhecendo a complexidade desse panorama e sua repercussão no que se entende por estudos literários na sua interface com os chamados estudos culturais, pode-se dizer, sem receio de simplismos reducionistas, que o debate sobre valor se situa, mais especificamente, no horizonte de posicionamentos teórico-críticos divergentes. Tais divergências tomam corpo a partir de interpretações diferenciadas das práticas culturais contemporâneas e de tomadas de posição sobre a erosão das fronteiras entre arte e cultura, entendida aqui no sentido antropológico, amplo e valorativamente neutro. Como pano de fundo desses posicionamentos, pode-se pontuar transformações de duas ordens no cenário contemporâneo, uma cultural e outra teórica. A primeira diz respeito à chamada globalização, processos associados à reorganização econômica e social das sociedades em razão da internacionalização do mercado de consumo, sob cujas leis é favorecido o fenômeno identificado como homogeneização cultural, decorrente da força de infiltração e incorporação do mediático nos modos de vida locais, alterando significativamente o sistema de valores dos modos culturais. A globalização aqui é vista como resultado do capitalismo avançado<sup>5</sup> e da penetração do capital na demanda de novos mercados cujos produtos, regulados pela implantação de políticas neoliberais no âmbito dos estados nacionais, enfraquecem as culturas locais, esvaziam qualquer resistência ao avanço da indústria cultural e provocam a perda de referenciais, dando lugar ao que tem sido chamado de a nova barbárie: a sociedade do espetáculo, em que a arte é simulacro, espetáculo, mercadoria. A segunda transformação diz respeito aos abalos sísmicos provocados pela expansão da teoria,<sup>6</sup> inovações radicais nos modos de pensar a constituição de saberes e poderes, de pensar o funcionamento do discurso e dos regimes de verdade que operam através do aparato conceitual e representacional dos grandes metarrelatos do legado moderno e que têm pautado novos horizontes de reflexão sobre as relações da literatura com a sociedade e a cultura, a partir do eixo histórico da formação de tradições artísticas e intelectuais e de seus processos de legitimação. Impulsionada pelo fascínio da diferença e da alteridade, a teoria vai provocar

deslocamentos importantes do ponto de vista da produção de conhecimento sobre o literário, questionando modelos e conceitos referenciais da cultura ocidental produzidos pelo pensamento eurocêntrico/etnocêntrico/patriarcal e expondo a pretensa universalidade de seu estatuto quando confrontado com novas formas de pensamento, de escritura e de subjetividade situados às margens das referidas tradições. Isso significa dizer que a teoria contemporânea inscreve uma mudança epistemológica/hermenêutica intimamente imbricada com a consciência da natureza sócio-histórica da literatura e seus cânones, do poder disciplinar na produção do conhecimento sobre ela e na constituição de limites e hierarquias que demarcam o seu privilégio. É nesse cenário de mutações culturais e teóricas que emerge o problema do valor da literatura, mais particularmente, do valor estético, tido como elemento de valor fundamental na geração dos sentidos do literário.

De um lado do debate sobre valor, identificam-se alinhamentos teórico-críticos que articulam uma visão mais otimista com relação às mudanças das formas culturais contemporâneas, pois o momento possibilita abrir para o questionamento as *hierarquias centrais da razão universal dominante*,<sup>7</sup> nas quais se fundamentavam os compromissos estéticos e morais do conceito restrito de arte da tradição moderna e que vai culminar na sensibilidade vanguardista da estética modernista. Nesse quadro, o literário é considerado, não mais como campo de idealização, universalidade e intransitividade, mas enquanto uma forma de produção cultural inserida nos conflitos e contradições inerentes ao processo histórico e, conseqüentemente, partícipe de práticas sociais e discursivas alinhadas com interesses específicos. Na perspectiva do enfraquecimento da distinção de esferas postuladas como autônomas pelo pensamento moderno —a arte e a cultura— articulam-se resistências aos discursos normativos de valor e correspondentes formações canônicas, com suas narrativas centralizadoras do sujeito, da raça, do gênero, da classe, e suas margens invisíveis. Essa nova postura crítica, por sua vez, possibilita a democratização de mapeamentos e distribuições convencionais de valor e poder no passado, por um lado, e por outro, o redimensionamento positivo do impacto dos produtos da indústria cultural na atualização e adequação de formas estéticas geradas em momentos históricos outros que não o do presente.<sup>8</sup>

No outro polo do debate, identifica-se um alinhamento com os valores modernos de acordo com os quais a cena contemporânea, incluindo aqui muitos desenvolvimentos da teoria, particularmente as que articulam prática teórica com política cultural, sinalizam a capitulação do valor da arte ao valor de mercado, o que é visto como perda da relevância social do campo literário e, de forma mais generalizada, do estético, para formas culturais tidas como empobrecedoras, porque destituídas da *dimensão utópica, crítica e transcendente*,<sup>9</sup> qualidades associadas à concepção de arte como território de produção simbólica cuja intensidade formal e temática exige o alto desempenho de capacidades reflexivo-analíticas. Apostando na homologia estrutural entre modo econômico e modo cultural, na esteira da projeção sombria vaticinada por Frederic Jameson em sua análise da lógica cultural do capitalismo tardio, tal posicionamento se alimenta de uma atitude nostálgica em relação à perda da arte como campo privilegiado de exercício do gosto apurado e da capacidade de

discriminar e discernir valores estéticos e éticos para uma cultura mercantilizada, caracterizada pela proliferação de objetos e pela disseminação de sentidos cujo consumo obscurece o discernimento entre o que é mais e o que é menos, entre aqueles objetos estéticos que são mais objetos que outros. Na impossibilidade de sustentar a antiga demarcação entre os vários níveis de cultura, a erudita, a popular, a de massas, e de hierarquizar seus produtos, os críticos identificados com essa leitura da contemporaneidade em que os grandes vilões são o mercado e a teoria que a ele estaria acumpliciado —o pós-moderno— lamentam a perda de relevância da crítica literária em sua função substantiva como guardiã do juízo crítico, função que lhe coube desempenhar na modernidade e que consolidou a instituição literária e os limites da cidade das letras. Destituída dessa função, não restaria à crítica literária senão testemunhar a implosão de seu objeto e a derrocada da modernidade estética que consolidou a instituição literária e garantiu-lhe *o lugar hegemônico na ordem dos discursos*.<sup>10</sup> Na objeção veemente ao pós-moderno, reduzido preconceituosa e falaciosamente à descrição da catástrofe da arte sob o signo do consumo, evidente em muitos discursos saudosistas que circulam na academia brasileira, subsiste a lógica opositiva e excludente do pensamento binário. A clássica oposição centro *versus* X margens é reconfigurada em alta cultura *versus* X cultura de mercado. Assim, no rastro da refutação ao pós-moderno, registra-se a crítica aos estudos culturais, ao multiculturalismo e ao feminismo, vistos basicamente como *áreas de mercado* (Perrone-Moisés:12) e responsáveis, também, pela contaminação ou pelo abandono puro e simples do literário.<sup>11</sup> Cabe salientar que o argumento em defesa da literatura, pressuposta no conceito de pura literariedade, depurada do político, do histórico e do social, portanto da ideologia, apresenta-se revestido de um profundo antagonismo à teoria contemporânea, desacreditando sua voltagem crítica e suas contribuições com noções de descentramento, de diferença e de alteridade, sem as quais teria sido impossível o movimento de recuperação de tradições silenciadas, de culturas subalternas e minorizadas. Com efeito, na ótica neoconservadora, as produções subalternas —provenientes de minorias raciais ou sexuais— são convertidas em um contravalor,<sup>12</sup> origem de pleitos *particularistas* que ameaçam o horizonte consensual do valor produzido na esfera das camadas médias e das elites patriarcais das sociedades nacionais modernas.<sup>13</sup> Na verdade, a conveniência de manter um pensamento único, segundo o qual o relativismo de valor promovido pela teoria contemporânea “em moda” e acumpliciada com o mercado cultural significa o esvaziamento axiológico do estético e a erosão do literário, se traduz em seu efeito político, que é de obscurecer as contradições que participaram, historicamente, da construção do estético de modo que sua defesa, configura-se também, como uma defesa do cânone.

### **Interrogando identidades**

Se a formação canônica pode ser considerada como um modelo da narrativa do passado de uma nação, na qual o gênero —investimentos em construções específicas de masculinidade e feminilidade— constitui um dos meios de fortalecimento do poder patriarcal, é de suma importância histórica que se examinem as narrativas que foram suprimidas e jogadas às

margens da nação e, conseqüentemente, excluídas do campo da investigação histórica e literária. Tratar dessa questão no presente significa a possibilidade de uma intervenção transformadora nos discursos nacionais da cultura com implicações sobre as maneiras pelas quais entendemos como os imaginários sociais foram produzidos e como as identidades e tradições nacionais foram estabelecidas. Neste contexto, a interdependência crítica das categorias de gênero e nação certamente constitui um aporte que contribui na direção de novas histórias literárias e outras histórias da identidade. Não há dúvidas de que investigar inclusões e exclusões históricas é uma forma de dar visibilidade à ideologia subjacente às estruturas que definem a natureza do literário e a função da história literária como uma grande narrativa gerada em função de escolhas que não são simplesmente escolhas desinteressadas ou neutras.

64 65

O estudo da autoria de mulheres e a visibilidade de produções ignoradas pelo *establishment crítico* em diversos contextos nacionais, particularmente aquelas produzidas no século XIX, tem colocado em pauta a questão da institucionalização do literário e a inseparabilidade do estético e do político na constituição de parâmetros de referência em relação aos quais os textos de autoria de mulheres não se qualificam para integrar o legado da tradição literária de seus países. No Brasil, o descobrimento de um acervo significativo de obras esquecidas em bibliotecas públicas e particulares tem gerado discussões acirradas sobre os mecanismos de controle da instituição literária e a violência simbólica do sistema de representações processada pela narrativa das histórias da literatura que manteve e mantém a invisibilidade dessa produção, como se a autoria feminina não tivesse existido. No âmbito das discussões sobre a legitimidade de pesquisas envolvidas com o resgate de textos do passado, a questão do valor estético não raro é invocada como uma estratégia a serviço de uma definição de literatura cujo contexto institucional pressupõe uma homogeneidade de meio, de classe, de formação, de pertença, de competência, de conhecimento e de tradição, inscrita com valor de “verdade”, em cujo horizonte a pretensão de resgate de textos do século XIX constitui uma suposta barbárie, um gesto contra a literatura. Se valor estético se define em termos de composição artística cujo reconhecimento depende de um gosto formado *a priori*, pode se perguntar sobre o processo de formação do gosto para se apreender as condições sociais de possibilidade que permitem a sua naturalização como consenso e norma.

É nesse sentido que a recuperação e a busca de inserção da autoria feminina na narrativa histórica de construção da literatura brasileira do século XIX têm levantado uma série de questões de fundo sobre a constituição do nosso passado literário e sobre como esse passado, seus valores e regimes de representação, são reproduzidos no rastro de heranças do poder patriarcal que se desdobra em poder cultural, institucional, teórico e interpretativo. Não se trata simplesmente da exclusão de uma ou outra obra pelo fato de levar a assinatura de uma mulher, mas sim da negação a todas as escritoras do período, de acesso ao poder simbólico investido no estatuto da autoria. A autoria significa a inscrição de um sujeito no espaço sócio-histórico dos discursos que circulam em uma dada sociedade. A valorização da função autoral nas sociedades modernas patriarcais nasceu de um processo de territorialização masculina do poder de representar, de significar e de interpretar, poder que exerceu

um papel regulador em todas as instâncias da vida social e cultural, incluindo-se aqui, a circulação, a recepção e a legitimação de textos literários. Isso quer dizer que há uma estreita relação entre a genealogia dos cânones literários e o exercício de poder autoral na constituição de um discurso crítico que, entre outras coisas, controla o tráfego de textos de modo a desautorizar aqueles textos considerados ilegítimos pela lógica da oposição binária verdadeiro/falso.

A crescente visibilidade de textos do século XIX de autoria de mulheres em decorrência de pesquisas e publicações, com destaque para os três volumes de *Escritoras brasileiras do século XIX*, publicados em 1999, 2004 e 2009 respectivamente, totalizando 3 288 páginas,<sup>14</sup> tem sido considerada, de parte da cultura letrada conservadora, como uma ameaça à sobrevivência da literatura. Tal reação defensiva contra o que é visto como a patologia revisionista evidencia o quanto juízos valorativos responsáveis pelo estabelecimento do que conta como literatura para o nosso capital simbólico processam em seu interior, explícita ou implicitamente, definições do literário cuja função é manter o princípio excludente pelo qual o sistema se autoconfirma e se autopreserva no *constructo* projetado por ele, ou seja, o cânone. Cabe frisar que o princípio de exclusão a partir do qual os cânones são constituídos é instrumentalizado através do princípio de valoração e que o valor é gerado precisamente por definições do literário formadas *a priori* e a partir das quais certos objetos são literariamente e culturalmente referendados e validados. No caso de textos de escritoras brasileiras do passado, sua invisibilidade no sistema é uma decorrência do uso político do princípio de valoração estética, político no sentido de que o conceito do literário foi historicamente “naturalizado” como um enclave de discursos atravessado por um número de índices sociais como posição social e privilégio de classe, de gênero e de raça, portanto um discurso implicado no estabelecimento de limites, interdições e silenciamentos, de um lado, e na construção de vozes e subjetividades autorizadas ou legítimas, de outro.<sup>15</sup>

Releituras das histórias das culturas ocidentais modernas acumulam evidências sobre as formas sutis, mas não menos violentas, de cerceamento das mulheres na esfera pública e privada, mostrando o quanto suas incursões na *cidade letrada*<sup>16</sup> dos homens eram consideradas impróprias ou ilegítimas. A literatura “verdadeira” e as “verdades” da literatura em sua função civilizatória, de engrandecimento espiritual e de elevação moral, não comportavam a mulher como sujeito-autora, e as histórias das literaturas, em seus formatos tradicionais, constituem o registro contundente dessa exclusão. Os efeitos das tecnologias de gênero no sistema de controle dos contratos sociais e intelectuais que organizaram hierárquica e assimetricamente as práticas cotidianas e institucionais, os discursos e epistemologias, produziram um sem número de estereótipos sobre as faculdades intelectuais das mulheres, entre as quais, a de que a mente feminina, marcada pela irracionalidade, não era capaz de abstrair, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do raciocínio, discernimento e crítica.<sup>17</sup> Nesse sentido, pode-se dizer que o não valor do texto de autoria feminina foi consequência direta da marca engendrada na estrutura profunda da valoração e de seus discursos, entendendo-se esses como lugares da prerrogativa e monopólio masculino na esfera da intelectualidade, da razão imaginativa e criadora, fulcro da ideologia de gênero no século XIX.

Se hoje a pesquisa de resgate acende fricções e alimenta hesitações quanto a sua própria razão de ser, mesmo entre as pesquisadoras nela envolvida, é porque suscita o debate em torno da questão de valor e mais ainda, porque a valoração,



sob o signo do estético, está profunda e inevitavelmente enraizada no conceito de literatura que circula em nossos discursos nos quais precisamente nos constituímos como sujeitos leitoras. No nosso caso particular de leitoras situadas em um contexto geocultural em que os processos de formação e consolidação do Estado-nação e da nacionalidade foram condicionadas pelas circunstâncias históricas de colonização e de dependência econômica e cultural, não há como ignorar o fato de que o conceito de literatura a partir do qual se constituiu o *corpus* literário nacional, foi partícipe de um aparato institucional colonial referenciado na tradição política e intelectual importada do colonizador europeu. Investida com missão civilizatória, a tradição transplantada balizou o estabelecimento do campo letrado, nutriz e regulador do imaginário coletivo de sistemas simbólicos de representação que alicerçaram a *comunidade imaginada*.<sup>18</sup> Na esteira desse legado, cristalizaram-se processos de recepção e canonização de acordo com premissas da tradição recebida, reproduzida, assimilada e compartilhada, e da qual foram excluídas as mulheres e seus textos. As especulações teóricas em torno da questão da autoria feminina, nos mais diversos contextos nacionais, bem como as análises dos deslocamentos e subversões identificáveis na literatura escrita por mulheres em relação aos ideologemas da “grande família nacional” têm levantado interrogações pertinentes em relação ao paradigma da historiografia literária, configurado sob o viés de uma cultura escrita exclusivamente masculina em sua função interpelativa na produção de subjetividades hegemônicas. Nesse contexto, as narrativas de autoria feminina, situadas como o *outro* da cultura, constituem pedra de toque para a reinterpretação do passado uma vez que, na condição de suplemento, colocam em cena outras vozes, outras representações e outras interpretações dos signos de pertencimento que, em maior ou menor grau, desestabilizam a lógica da totalização pressuposta na ficção de uma tradição literária única.

66 67

No clássico ensaio intitulado “What is a nation?”<sup>19</sup> de 1882, o pensador francês Ernest Renan apresenta uma reflexão em torno da memória e do esquecimento consensual subjacente a toda ideia de nação, afirmando que ela é tanto o resultado do fato dos indivíduos terem muitas coisas em comum quanto do fato de terem esquecido muitas outras coisas. Em síntese, o esquecimento é um elemento crucial na gestação de uma nação e na construção da nacionalidade. Trazendo a posição de Renan para as discussões em torno da história e do cânone literário, poderíamos articular a seguinte hipótese. Se a produção literária, desde o período romântico, desempenhou um papel decisivo na constituição da concepção de nacionalidade, fixando protocolos de imagens e valores, a história literária se torna um lugar privilegiado de referências para uma análise dos nexos da nacionalidade uma vez que narrativiza a memória através do reconhecimento e legitimação de uma tradição de escrita produzida precisamente pela dialética da lembrança e do esquecimento. Gostaria, entretanto, de apontar os limites dessa hipótese. Primeiramente, a memória coletiva não se reduz simplesmente àquilo que é definido como tradição, ainda mais no caso da tradição literária nacional que está acumpliciada, institucionalmente, com relações de poder de gênero, de raça e de classe social. Segundo, o modelo da memória do corpo simbólico da nação, referenciado na formação canônica, não se constrói de modo aleatório, mas pressupõe uma certa organização como efeito de estratégias de seleção, inclusão e exclusão, ou seja, implica um esquecimento necessário, uma forma de contenção estrutural que, por sua vez, não tem nada de neutro ou inocente. No caso da exclusão de escritoras

e de seus textos dessa narrativa, trata-se de um esquecimento imposto, portanto, uma violência simbólica que opera como poder regulador e normatizador da forma como a nacionalidade é imaginada, se produz e se reproduz no imaginário coletivo.

A função crítica do trabalho de resgate de textos de autoria feminina do século XIX no Brasil tem sido a de contestar os contornos estabelecidos da identidade da literatura brasileira em seu período de consolidação, expondo seu fechamento à alteridade e à diferença, portanto se inscreve no campo das lutas sociais que são as lutas pelo reconhecimento. Considerando que as práticas acadêmicas que envolvem o resgate remetem ao passado constituído, mas sempre inacabado, pois reconstruído incessantemente no presente por decisões de reinterpretção, a questão que se impõe é a visualização de seus objetivos. Na medida em que buscamos o reconhecimento institucional dos textos de autoria feminina, em que termos se pleiteia esse reconhecimento? Se referendamos o chamado valor estético tal e qual, até que ponto nosso próprio conceito de literatura e nossos referenciais são incompatíveis com o nosso objeto? Por que se deveria ratificar um valor em nome do qual as escritoras foram excluídas das historiografias literárias?

### **Saída para um impasse**

Penso que a partir das práticas observadas na academia brasileira, pode-se abstrair duas políticas de resgate aparentemente antagônicas. Uma está apoiada na lógica da inclusão, ou seja, alguns textos de autoria feminina foram injustamente esquecidos em razão do trabalho da ideologia patriarcal e seus mecanismos de exclusão mas, recuperados e considerados sob o ponto de vista de sua concretização, merecem ser integrados ao cânone existente. A outra posição está apoiada na lógica do contracânone, isto é, considerada a exclusão como fato consumado, deve-se estabelecer um cânone paralelo em direção a uma história literária de mulheres. Considero que as duas posições se assemelham na medida em que reforçam a autoridade do cânone, pois em ambas o estético permanece de forma subjacente, como instância reguladora de valor. Explico. Pela lógica da inclusão não se questiona o princípio da formação canônica, o poder de uma tradição crítica e seus critérios para determinar o valor literário, bem como não se estabelecem relações entre esse e as estruturas hegemônicas que o alicerçam, ou seja, não se desessencializa seu *constructo* identitário, mas se reconhece sua autoridade através do discernimento de um valor “canonizável” dos textos a serem incluídos, o que significa uma assimilação da diferença ao mesmo. Por outro lado, pela lógica da exclusão, há uma internalização do valor canônico no pleito de um cânone paralelo, menor porque estará sempre à sombra do cânone oficial, um lugar guetizado que ratifica a exclusão e, portanto, sem força de intervenção crítica, pois nele o valor não é tensionado mas absolutizado na essencialização da diferença.

Na impossibilidade de sustentar uma posição fora de qualquer valor, pois toda escolha é valorativa, seja estética, política ou cultural, uma política de resgate consistente e viável, do ponto de vista conceitual e pedagógico, deve pressupor um deslocamento do binarismo cânone/contracânone, um deslocamento necessário para se projetar as bases de uma nova historiografia literária. Nessa projeção, o critério de valor estético ou formal não seria o critério único a definir a importância dos textos que integram a cultura literária, mas um critério redimensionado pela suplementação tensional de outros valores como o político e o cultural, também valores constitutivos da arte, que interagiriam num patamar de transvalorização, uma estratégia produtiva contrassistêmica de experimentação e mobilidade na reconfiguração contra-hegemônica do cânone. A relativização absoluta de valor não resolve os impasses entre a universalidade e as particularidades e pode recair no indiferentismo politicamente ineficaz que ratifica as estruturas tradicionais do aparato cultural e silencia as novas demandas de legitimidade. A transvalorização, por sua vez, pode desenvolver uma lógica que contempla a interação da historicidade dos textos, as tensões e rejeições existentes neles e entre eles, apreendidas não somente em termos da relação entre forma e conteúdo, mas principalmente, da relação entre passado e presente, lugar onde se ressignifica e se rasura os discursos hegemônicos que teceram a política de identidades e a colonização do imaginário nacional.

68 69

Critérios de valor são sempre históricos e suas mudanças não se reduzem a uma questão de mercado mas resultam sim, da emergência de novas identidades interpretativas que emergem em razão de mudanças sociais, políticas, econômicas e institucionais e que vão operar novas formas de pensar e configurar as tensões e negociações<sup>20</sup> das comunidades imaginadas. Se pudéssemos imaginar um novo modelo de historiografia para dar conta da realidade plural e heterogênea dos múltiplos processos de significação do corpo nacional, diríamos que ela seria pautada por mediações valorativas que colocariam em evidência os vetores identitários que se entrecruzam na gênese e na função de textos literários como parte de um sistema inserido no campo sócio-histórico-cultural. Tal modelo reciclaria a própria ideia de cultura, projetando-a como processo histórico aberto de produção e transformação de textualidades e subjetividades, nem sempre afiliativas, consensuais e contíguas ao legado da tradição histórica em dominância, mas conflitivas, contraditórias e descontínuas. Em um novo modelo historiográfico, os signos de uma cultura nacional se articulariam pelas suas fronteiras móveis e, nas palavras de Stuart Hall, “com um deslize inevitável do significado na semiose aberta da cultura enquanto aquilo que parece fixo continua(ria) a ser dialogicamente reapropriado” (33).

<sup>1</sup> Nesse sentido, são relevantes as reflexões pontuais de Terry Eagleton em seu *A ideologia da estética* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993) sobre a persistência do estético no pensamento europeu.

<sup>2</sup> Importante referência para se compreender o papel da literatura e sua relação com os nacionalismos é a obra de Benedict Anderson *Imagined Communities* (1983).

<sup>3</sup> Para uma visão geral das transformações do conceito de história da literatura e sua relação com a identidade nacional no século XIX, ver o texto de Maria Eunice Moreira “História da literatura e identidade nacional brasileira”, 2003, pp. 59–71.

<sup>4</sup> Destaco aqui o texto elucidativo de Eduardo de Faria Coutinho “Reflexões sobre uma nova historiografia literária na América Latina”, 2011.

<sup>5</sup> Ver, nesse sentido, os argumentos de Fredric Jameson em seu *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, 1996.

<sup>6</sup> Uso o termo teoria não como um conceito monolítico, mas como um termo guarda-chuva para contemplar desenvolvimentos teóricos da desconstrução derrideana e de correntes do pós-estruturalismo bem como aqueles gerados no rastro dos movimentos de lutas sociais e de direitos civis dos anos ’60, como o feminismo.

<sup>7</sup> Segundo termos utilizados por Nelly Richard em “Cultural alterity and decentering”, 1996, p. 5.

<sup>8</sup> Nessa direção, situam-se os textos de Silviano Santiago: “Democratização no Brasil – 1979–1981 (cultura versus arte)”, 1998; e “Alfabetização, leitura e sociedade de massa”, 1991; e mais, o texto de Ítalo Moriconi, “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (poesia, literatura, pedagogia da barbárie)”, 1999.

<sup>9</sup> Segundo o pensamento de Eduardo Subirats em *Da vanguarda ao pós-moderno*, 1991, p. 106.

<sup>10</sup> Segundo Wander Melo Miranda em seu artigo “Latino-americanismos”, 2002, p. 57.

<sup>11</sup> Um dos mais vocais críticos nessa linha de recuperação do literário é o crítico Harold Bloom, autor de *O cânone ocidental*, 1995.

<sup>12</sup> Segundo George Yúdice em “Pós-modernidade e valores”, 1999, p. 317.

<sup>13</sup> Trata-se aqui, do embate entre universalismo e particularismo. Para Alberto Moreiras, o literário é um discurso da universidade sobre a literatura, portanto é uma ficção teórica que teve no passado uma função poderosa, ou seja, ofereceu uma alegoria nacional e “a possibilidade de manter uma formação hegemônica. Em sua visão, o literário foi uma licitação para o poder de Estado no passado. Agora, ressuscitado como neoliterário, é um conceito fatal: uma máquina neolibidinal, a especificidade irreconhecível de um desejo de Estado menor ou subalterno, em um mundo em que o desejo de Estado foi colocado à morte para depois renascer como algo diferente. (...) é uma tentativa fantasmática de recuperar uma ideologia construída em relação à tradição nacional” (290–291).

<sup>14</sup> Organizado por Zahidé Muzart, docente da Universidade Federal de

Santa Catarina e proprietária da Editora Mulheres, a elaboração dos volumes foi possível graças ao trabalho coletivo de um grupo de docentes pesquisadoras de várias universidades do país.

<sup>15</sup> Em minha Instituição, somente nos anos '80, algumas escritoras brasileiras do século XX, como Clarice Lispector, Lya Luft e Lygia Fagundes Telles começaram a integrar programas de disciplinas de literatura no nível da graduação. Em 1987, ofereceu-se a primeira disciplina, no programa de pós-graduação, sobre Clarice Lispector. Até então, nenhuma escritora havia sido tratada em qualquer disciplina nesse nível.

<sup>16</sup> Tomo aqui a expressão criada por Angel Rama em seu *A cidade das letras*, 1984.

<sup>17</sup> Ver, nesse sentido, as colocações de Virgínia Woolf em seu *A room of one's own*, 1929, p. 142.

<sup>18</sup> Tomo de empréstimo a expressão de Benedict Anderson em seu *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, 1990, p. 182. Com relação a esse tema, ver o ensaio de Luiz Werneck Vianna e Maria Alice Rezende de Carvalho “República e civilização brasileira”, 2000. Também o capítulo “Brasil: nações imaginadas” do livro *Pontos e bordados: escritos de história e política*, de José Murilo de Carvalho, 1999.

<sup>19</sup> Trata-se de uma palestra “Qu'est-ce qu'une nation?” proferida na Universidade de Sorbonne e posteriormente publicada nas *Obras Completas* do filósofo. O texto referido no presente trabalho é a tradução em língua inglesa, publicada em *Nation and narration*, 1990.

<sup>20</sup> Negociação tem aqui o sentido de uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios, na acepção de Homi Bhabha em seu *The location of culture*, 1994. Segundo ele, seria “a dialectic without the emergence of a teleological or transcendent History” (25).

## Bibliografia

- ANDERSON, B. (1983) *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- BHABHA, H. (1945) *The location of culture*. Londres: Routledge.
- BLOOM, H. (1995) *O cânone ocidental* (trad. ao português: Marcos Santarrita). Rio de Janeiro: Objetiva.
- CARVALHO, J. M. DE (1999) “Brasil: nações imaginadas”. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- COUTINHO, E. DE F. (2011) “Reflexões sobre uma nova historiografia literária na América Latina”. C. A. Baumgarten (org). *Histórias da literatura: itinerários e perspectivas*. Rio Grande: Editora FURG.
- EAGLETON, T. (1993) *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HALL, S. (2003) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- JAMESON, F. (1996) *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (trad. ao português: M. E. Cevalco). São Paulo: Ática.
- MIRANDA, W. M. (2002) “Latino-americanismos”. *Revista margens/*

*márgenes*, (1), 57.

MOREIRA, M. E. (2003) “História da literatura e identidade nacional brasileira”. *Revista de Letras*, 43 (2), 59–71.

MOREIRAS, A. (1999) “Ficções teóricas e conceitos fatais: o neolibidinal na cultura e no Estado”. *Narrativas da modernidade* (290–291). São Paulo: Autêntica.

MORICONI, Í. (1999) “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (poesia, literatura, pedagogia da barbárie)”. A. L. Andrade, M. L. Camargo, e R. Antelo (orgs.). *Leituras do ciclo*. ABRALIC e Chapecó: Grifos.

PERRONE-MOISÉS, L. (2000, 18 de junho) “Em defesa da literatura”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 12.

RAMA, A. (1984) *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.

RENAN, E. (1990) “Qu’est-ce qu’une nation?”. *Nation and narration*. H. Bhabha (org.). Londres: Routledge.

RICHARD, N. (1995) “Cultural alterity and decentering”. C. Ferman (org.). *The postmodern in Latin and Latino American cultural narratives* (5). New York: Garland.

SANTIAGO, S. (1991) “Alfabetização, leitura e sociedade de massa”. A. Novaes (org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Cia das Letras.

——— (1998) “Democratização no Brasil – 1979–1981 (cultura versus arte)”. R. Antelo, M. L. Camargo, A. L. Andrade e T. de Almeida (orgs.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Florianópolis: ABRALIC e Letras Contemporâneas.

SUBIRATS, E. (1991) *Da vanguarda ao pós-moderno* (trad. ao português: A. B. De Menezes). São Paulo: Nobel.

VIANNA, L. W. E REZENDE, M. A. DE C. (2000) “República e civilização brasileira”. N. Bignoto (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

WOOLF, V. (1929) *A room of one’s own*. Londres: Hogarth Press.